



BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

da Educação Infantil ao Ensino Médio





Direção Geral e de Negócios: Anderson Silva

Coordenação Editorial: Juliana Muscovick

Analista Editorial: Larissa Facco Carneiro

Revisão: Fabiana do Nascimento

Projeto Gráfico e Diagramação: YAN Comunicação

Coordenação de Negócios: Renato Munhoz

Suporte Técnico: Caio dos Santos

Elaboração: Kátia Cavalcante Correia

ISBN: 978-85-422-2215-9

1ª edição, 2023

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Planeta do Brasil Ltda.

Rua Bela Cintra, 986 – 4º andar

Consolação – São Paulo / SP

CEP: 01415-002

Tel.: (11) 3087-8885 / (11) 97353-5786

barsa.com.br





SUMÁRIO

Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	5
Políticas educacionais no Brasil e BNCC.....	6
Objetivos.....	10
Competências.....	10
Objetivos de aprendizagem.....	14
Educação integral.....	15
Estrutura.....	15
Referências.....	25



Prostock-Studio/istock



monkeybusinessimages/istock



monkeybusinessimages/istock



BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que tem como finalidade promover a padronização e a qualidade educacional em cada uma das fases da Educação Básica no Brasil: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Trata-se de um instrumento legal que determina o direito e iguala as condições de aprendizagem das crianças, jovens e adultos de todo o país.

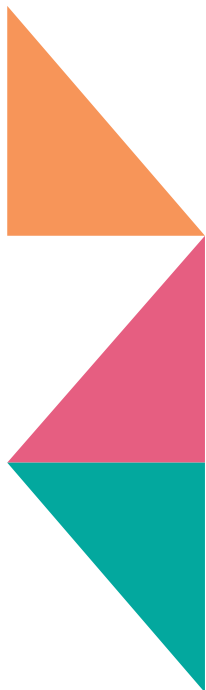
A Educação Infantil e o Ensino Fundamental começaram a implementar a BNCC em 2019, obrigatória tanto para as escolas públicas como para as privadas. Já o Ensino Médio passou a adotá-la em 2020, sendo que as escolas tiveram até 2022 para estarem totalmente adequadas a ela.

A BNCC estipula um currículo-base obrigatório a ser seguido por todas as escolas, sendo que 40% dos conteúdos podem ser utilizados da maneira que lhes convier, devido às diferenças de contextos regionais e socioeconômicas existentes no Brasil.

Pretende-se que a BNCC seja aplicada em conjunto com os currículos estaduais e municipais, e os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) de cada escola, sendo uma norteadora na reestruturação dos currículos escolares.



monkeybusinessimages/stock



Políticas educacionais no Brasil e BNCC

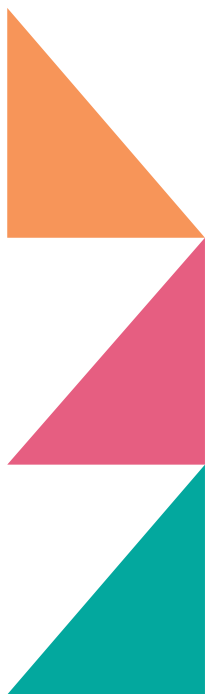
A partir da década de 1930, entre o fim da República Velha e início da Era Vargas, começou-se a pensar em um plano educacional que envolvesse o país como um todo. Com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, foi estabelecido o Conselho Nacional de Educação (CNE), com o propósito de elaborar uma política nacional de educação.

Em 1932, com a intenção de ampliar o acesso à educação a todos os brasileiros, lançou-se um manifesto para que o sistema escolar se tornasse público e obrigatório até os 18 anos de idade. Dois anos depois, assegurou-se o acesso à escola gratuita para o Ensino Primário, o que se refere hoje ao Ensino Fundamental.

Durante o Estado Novo (1937-1945), foi instaurada uma ampla reforma e estruturação do sistema educacional com o surgimento de alguns institutos responsáveis pela temática da educação no país: Ministério da Educação e Saúde; liceus (escolas de arte e ofícios para fomentar o ensino profissionalizante); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep); entre outros.

Em 1942, é instituído o sistema educacional em três graus: Primário (7 a 12 anos); Secundário profissionalizante ou normal (12 anos ou mais); e Ensino Superior.





Caiaimage/Chris Ryan/istock

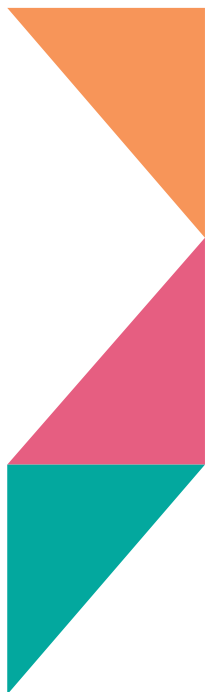


Anos mais tarde, em 1961, a capital do país passa a ser Brasília, momento também em que são fixadas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para assegurar o direito à educação com recursos do Estado e fornecer autonomia didática, administrativa e disciplinar às universidades. No ano seguinte, é aprovado o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem atingidas em oito anos com o propósito de melhorar o sistema educacional no país.

Durante a Ditadura Militar (1964–1985), foram estabelecidas as LDBs para os graus Primário e Secundário para tornar o currículo comum e diversificado, estabelecendo o ensino obrigatório dos 7 aos 14 anos. A partir de 1975, cresce a oferta de aulas por meio da televisão em diferentes canais, com programação educacional diversa sob o intuito de atingir o maior número de brasileiros.

Dentre as políticas educacionais desse período, pode-se destacar o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), criado em 1968 para dar continuidade às campanhas de alfabetização de jovens e adultos, levadas a cabo, principalmente, pelo educador Paulo Freire em anos anteriores. Foi efetivamente implementado a partir de 1971 e alvo de controvérsias, tendo como ideia uniformizar o material utilizado em todo o território nacional, sem levar em conta a linguagem e as necessidades da população de cada região – diferentemente da metodologia freiriana,





Wavebreakmedia/istock



cuja essência era justamente o contexto socioeconômico dos estudantes, assim como sua autonomia de aprendizagem.

Em 1985, cria-se o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) com o foco em socializar e universalizar o ensino por meio da distribuição gratuita de livros didáticos.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, é prevista a BNCC. Porém, de lá para sua homologação, em 2018, outros documentos foram instituídos com o objetivo de padronizar o currículo da Educação Básica em todo o país.

Ainda nesse ano, passa a ser obrigação do Estado prover uma Educação Básica pública de qualidade a todos os cidadãos brasileiros, incluindo creches e pré-escolas para crianças de 0 a 6 anos de idade. São previstos conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental que contemplava da Educação Infantil (início aos 7 anos de idade) ao Ensino Médio.

Em 1996 é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que regulamenta uma base nacional comum para a Educação Básica.



No ano seguinte, são elaborados pelo Ministério da Educação e da Cultura (MEC) os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), balizador curricular para auxiliar as equipes escolares na execução do desenvolvimento curricular do 1º ao 5º anos do Ensino Fundamental. O 6º e 9º anos seriam contemplados um ano depois e o Ensino Médio no ano 2000.

De março a abril de 2010 é realizada a Conferência Nacional de Educação (Conae), onde se grifou a necessidade de uma BNCC como parte de um Plano Nacional de Educação. Em julho, são elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs), com o propósito de orientar o planejamento curricular das escolas. Em dezembro, sai a determinação das DCNs para a Educação Infantil e um ano depois para o Ensino Fundamental.

Em 2014 é decretada a lei que regulamenta o Plano Nacional de Educação (PNE), com duração de dez anos, contendo vinte metas para a melhoria da qualidade da Educação Básica, sendo quatro delas relacionadas à BNCC.

A criação da Comissão de Especialistas para a elaboração de propostas para a BNCC é realizada em 2015, seguida da primeira versão do documento em setembro, e sua discussão preliminar em dezembro, envolvendo as escolas.

Em 2016, é disponibilizada a primeira versão da BNCC e, em agosto, a terceira, elaborada de forma colaborativa a partir dos seminários ocorridos ao longo do ano para sua discussão. Um ano depois, o MEC entrega a versão final do documento ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e, em dezembro, é autorizada a ser implementada na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

Por fim, em dezembro de 2018 é homologada a BNCC para o Ensino Médio. Mesmo com o seu advento, alguns documentos orientadores anteriores não foram extinguidos, continuaram a ser válidos e utilizados em conjunto com a BNCC como guias na construção de currículos, propostas pedagógicas. No entanto, não são de uso obrigatório, diferente da BNCC.





Drazen Zigic/stock



Objetivos

A finalidade da BNCC é elevar a qualidade do ensino no Brasil, reduzir as desigualdades educacionais presentes entre as diversas regiões do país e dar subsídios para que cada escola elabore seu Projeto Político Pedagógico, documento que reúne os objetivos, metas e diretrizes da instituição.

Apoiada no PNE e nas LDBs, a Base garante aos estudantes o direito de adquirir conhecimentos e habilidades no decorrer das etapas da Educação Básica considerados essenciais para o século XXI. Esse processo se dá por meio de recursos e práticas pedagógicas atualizadas e de um corpo docente inteirado e preparado para aplicar tais métodos e ferramentas de ensino.

Competências

Os conhecimentos e habilidades definidos pela BNCC são colocados em prática por meio das **competências**, que visam a aprendizagem e o desenvolvimento do estudante, conforme consta no texto da LDB. Entende-se por conhecimento, conceitos e procedimentos; por habilidades, atividades práticas, cognitivas e socioemocionais.





São ao todo dez as **competências gerais** da Educação Básica:




1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.



3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.






4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.



5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.



6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.



7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.



Objetivos de aprendizagem

Os **objetivos de aprendizagem** são descrições precisas e sucintas a respeito do que os alunos precisam saber e compreender, e do que sejam capazes de produzir em cada uma das fases da Educação Básica. São descritos por meio de códigos alfanuméricos que indicam a etapa de ensino, a faixa etária e o campo de experiência relacionado ao objetivo de aprendizagem. Por exemplo:

(EIO1EO01) Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos.

EI – Educação Infantil

01 – De 0 a 1 ano e 6 meses (grupo etário dos bebês)

EO – O eu, o outro e o nós (campo de experiência)

01 – Posição do objetivo de aprendizagem de acordo com o campo de experiência

(EF03GE06) Identificar e interpretar imagens bidimensionais e tridimensionais em diferentes tipos de representação cartográfica.

EF – Ensino Fundamental

03 – 3º ano do Ensino Fundamental (indicação do ano, do 1º ao 9º)

GE – Geografia

06 – Posição do objetivo de aprendizagem de acordo com a unidade temática



Educação integral

A BNCC se compromete com a formação e o desenvolvimento global dos cidadãos de maneira obrigatória e gratuita dos 4 anos de idade (Educação Infantil) até o término do Ensino Médio. Assim, entende-se que apenas a prática da educação integral torne essa meta possível.

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades (BRASIL, 2018, p. 14).

Dessa forma, a BNCC visa evitar a separação do conhecimento por disciplinas, aplicá-lo em situações reais de vida, priorizar o contexto para que dê sentido ao que se aprende e dar protagonismo aos estudantes em sua própria aprendizagem e na construção de seu projeto de vida.

Estrutura

A BNCC está estruturada para que deixe claro quais são as competências que os estudantes devem trabalhar ao longo de toda a Educação Básica. Em cada um dos ciclos há especial ênfase nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a fim de proporcionar uma formação humana integral para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.



Educação Infantil

Direitos de aprendizagem e desenvolvimento

Os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeira) são garantidos por seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento para que os estudantes tenham condições de aprender e se desenvolver de forma integral e com qualidade.



conviver
explorar

brincar
expressar

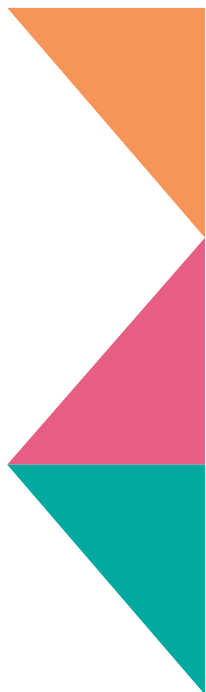
participar
conhecer-se

Campo de experiências

Dentro dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento estão cinco campos de experiências:

- O eu, o outro e o nós
- Corpo, gestos e movimentos
- Traços, sons, cores e formas
- Escuta, fala, pensamento e imaginação
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações





Cada um desses dos campos é separado em três grupos por faixa etária: bebês (0 – 1 ano e 6 meses); crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses – 3 anos e 11 meses); e crianças pequenas (4 anos – 5 anos e 11 meses). Neles estão contidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Exemplo:

Bebês	Crianças bem pequenas	Crianças pequenas
(EI01TS01) Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.	(EI02TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.	(EI03TS01) Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.

Ensino Fundamental



FG Trade/stock

Áreas do conhecimento

O Ensino Fundamental está dividido em cinco áreas do conhecimento que são trabalhadas de forma interdisciplinar e, ao mesmo tempo, preservam suas particularidades:

Linguagens Matemática Ciências da Natureza
Ciências Humanas Ensino Religioso



Componentes curriculares

Áreas do conhecimento	Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	Anos Finais (6º ao 9º ano)
Linguagens	Língua portuguesa	Língua portuguesa
	Arte	Arte
	Educação Física	Educação Física
		Língua Inglesa
Matemática	Matemática	Matemática
Ciências da Natureza	Ciências	Ciências
Ciências Humanas	Geografia	Geografia
	História	História
Ensino Religioso	Ensino Religioso	Ensino Religioso

A área de Linguagens nesta etapa está centrada no conhecimento, na compreensão, na exploração, na análise e na utilização das diferentes linguagens (visuais, sonoras, verbais, corporais), visando estabelecer um repertório diversificado sobre as práticas de linguagem e desenvolver o senso estético e a comunicação com o uso das tecnologias digitais.

Já a área de Matemática centra-se na compreensão de conceitos e procedimentos em seus diferentes campos e no desenvolvimento do pensamento computacional, visando à resolução e formulação de problemas em contextos diversos.

Em Ciências da Natureza, propõe-se aos estudantes investigar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural e tecnológico, explorar e compreender alguns de seus conceitos fundamentais e suas estruturas explicativas, além de valorizar e promover os cuidados pessoais e com o outro, o compromisso com a sustentabilidade e o exercício da cidadania.



Por fim, a área de Ciências Humanas, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, define aprendizagens centradas no desenvolvimento das competências de identificação, análise, comparação e interpretação de ideias, pensamentos, fenômenos e processos históricos, geográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais. Essas competências permitirão aos estudantes elaborar hipóteses, construir argumentos e atuar no mundo, recorrendo aos conceitos e fundamentos dos componentes da área.

Unidades temáticas

As áreas do conhecimento que possuem mais de um componente curricular (Linguagens e Ciências Humanas) têm competências específicas do componente, apresentadas por um conjunto de habilidades. Essas habilidades interagem com diversos objetos do conhecimento (conteúdos, conceitos e processos) que são divididos em unidades temáticas. Por exemplo:

Língua Portuguesa – Anos iniciais

Unidades temáticas	Objetos de conhecimento	Habilidades
--------------------	-------------------------	-------------

Campo da vida cotidiana – Campo de atuação relativo à participação em situações de leitura, próprias de atividades vivenciadas cotidianamente por crianças, adolescentes, jovens e adultos, no espaço doméstico e familiar, escolar, cultural e profissional. Alguns gêneros textuais desse campo: agendas, bilhetes, avisos, diários e regras de jogos e brincadeiras.

Literatura/escuta (compartilhada e autônoma)	Literatura/escuta (compartilhada e autônoma)	(EF15LP14) Construir o sentido de histórias em quadrinhos e tirinhas, relacionando imagens e palavras e interpretando recursos gráficos (tipos de balões, de letras, onomatopeias).
--	--	---





Ensino Médio



monkeybusinessimages/istock

Áreas do conhecimento

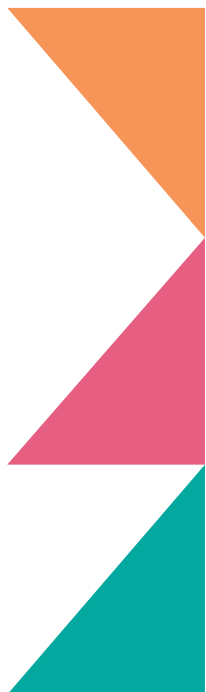
Na BNCC, o Ensino Médio está organizado em quatro áreas do conhecimento, conforme determina a LDB. Para assegurar o desenvolvimento das competências específicas de área, a cada uma delas é relacionado um conjunto de habilidades, que representa as aprendizagens essenciais a serem garantidas no âmbito da BNCC a todos os estudantes do Ensino Médio.

No entanto, a Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do Ensino Médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular que contemple a BNCC e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional.

Segundo o MEC, a mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade.

O Novo Ensino Médio, previsto em uma lei aprovada em 2017, começou a ser implementado em 2022 em todo o país, nas escolas públicas e privadas. A grade curricular não terá mais o formato utilizado até então, em que as disciplinas eram





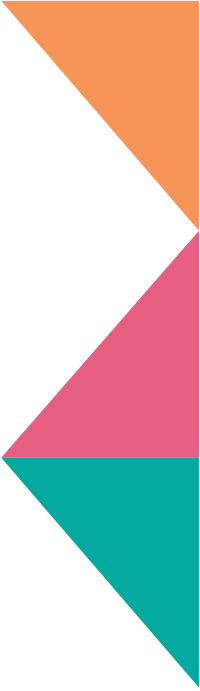
individuais, como prevê a BNCC. De acordo com a nova divisão, serão divididas em áreas do conhecimento de maneira similar à que acontece no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem):

As áreas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Biologia, Física e Química), Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia) e Matemática e suas Tecnologias (Matemática) seguem uma mesma estrutura: definição de competências específicas de área e habilidades que lhes correspondem. Na área de Linguagens e suas Tecnologias (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa), além da apresentação das competências específicas e suas habilidades, são definidas habilidades para Língua Portuguesa. São também detalhadas as habilidades de Língua Portuguesa e Matemática, considerando que esses componentes curriculares devem ser oferecidos nos três anos do Ensino Médio.

Componentes curriculares

Áreas do conhecimento	Componentes curriculares (1º ao 3º ano)
Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa
	Arte
	Educação Física
	Língua Inglesa
Matemática e suas Tecnologias	Matemática
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Biologia
	Física
	Química
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Geografia
	História
	Sociologia
	Filosofia





No modelo do Novo Ensino Médio, é previsto que os conteúdos sejam trabalhados de maneira integrada. Assim, assuntos de Arte poderão ser trabalhados junto aos conteúdos de História, por exemplo, integrando e relacionando duas áreas distintas, e assim por diante.

Como prevê a BNCC, no Ensino Médio o foco da área de Linguagens e suas Tecnologias está na ampliação da autonomia, do protagonismo e da autoria nas práticas de diferentes linguagens; na identificação e na crítica aos diferentes usos das linguagens, explicitando seu poder no estabelecimento de relações; na apreciação e na participação em diversas manifestações artísticas e culturais; e no uso criativo das diversas mídias.

Na área de Matemática e suas Tecnologias, os estudantes devem consolidar os conhecimentos desenvolvidos na etapa anterior e agregar novos, ampliando o leque de recursos para resolver problemas mais complexos, que exijam maior reflexão e abstração. Também devem construir uma visão mais integrada da Matemática, da Matemática com outras áreas do conhecimento e da aplicação da Matemática à realidade.

Já a área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias oportuniza o aprofundamento e a ampliação dos conhecimentos explorados na etapa anterior. Trata a investigação como forma de engajamento dos estudantes na aprendizagem de processos, práticas e procedimentos científicos e tecnológicos, e promove o domínio de linguagens específicas, o que permite aos estudantes analisar fenômenos e processos, utilizando modelos e fazendo previsões. Dessa maneira, possibilita aos estudantes ampliar sua compreensão sobre a vida, o nosso planeta e o universo, bem como sua capacidade de refletir, argumentar, propor soluções e enfrentar desafios pessoais e coletivos, locais e globais.

Com a incorporação da Filosofia e da Sociologia, a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas propõe o aprofundamento e a ampliação da base conceitual e dos modos de construção da argumentação e sistematização do raciocínio, operacionalizados com base em procedimentos analíticos e interpretativos. Nessa etapa, como os estudantes e suas experiências como



juvenc cidadãos representam o foco do aprendizado, deve-se estimular uma leitura de mundo sustentada em uma visão crítica e contextualizada da realidade, no domínio conceitual e na elaboração e aplicação de interpretações sobre as relações, os processos e as múltiplas dimensões da existência humana.

A LDB inclui no Novo Ensino Médio estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia. Já o Ensino de Língua Portuguesa e Matemática será obrigatório nos três anos do Ensino Médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas.

Projeto de vida



Rawpixel/istock

Outro elemento que passa a integrar o Novo Ensino Médio é o projeto de vida, componente transversal a ser oferecido para ajudar os estudantes a refletir sobre suas aspirações e o que querem para seu futuro, ao mesmo tempo que entendem como a escola pode ajudá-los a alcançar esse objetivo. Isso deve ser refletido, por exemplo, na escolha da eletiva que o estudante vai cursar.

Porém, ainda não está especificado se essa orientação será feita por um profissional especializado, como um psicólogo, ou se um professor ou profissional da unidade de ensino. A ideia é que se trabalhe o desenvolvimento do projeto de vida de cada um, para que sejam capazes de fazer escolhas responsáveis e conscientes, em diálogo com seus anseios e aptidões.



Itinerários formativos



FG Trade/Isstock

O currículo do Novo Ensino Médio será composto pela BNCC e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino.

Os itinerários formativos são as atividades flexíveis e diversificadas do currículo em que as escolas são obrigadas a oferecer dois itinerários, no mínimo. Os estudantes podem se aprofundar nos conhecimentos de uma área do conhecimento:

- Linguagens e suas Tecnologias
- Matemática e suas Tecnologias
- Ciências da Natureza e suas Tecnologias
- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
- Formação Técnica e Profissional (FTP)

As redes de ensino terão autonomia para definir quais os itinerários formativos irão ofertar, considerando um processo que envolva a participação de toda a comunidade escolar. Os itinerários formativos servem tanto para um aprofundamento acadêmico em uma ou mais áreas do conhecimento quanto para uma formação técnica-profissionalizante. Segundo o MEC,



as aprendizagens dos itinerários formativos preparam os estudantes para o trabalho e a cidadania ao desenvolver competências e habilidades para adentrarem em um ambiente de trabalho de forma crítica, criativa, ativa e responsável.

O estudante pode escolher um itinerário para compor sua grade e optar por outros ao longo dos três anos do Ensino Médio, caso a escola ofereça outra opção. Na teoria, essa modalidade de aula vai ocupar os 40% restante do total de horas do Ensino Médio, chegando a 1.200 horas divididas pelos três anos da etapa escolar.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 17 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Conheça a história da educação brasileira*. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Novo ensino médio: perguntas e respostas*. Brasília, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 17 mar. 2023.

FILPO, S. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): histórico e qual é a sua importância. *Pedagogia Descomplicada*. Disponível em: <https://pedagogiadescomplicada.com/bncc-historico-e-qual-e-a-sua-importancia>. Acesso em: 17 mar. 2023.

